

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aul

Provas Comentadas de Direito Constitucional of TJ-SP (Escrivão Judiciário - Interior de SP)

Professores: Equipe Resumos e Notas 01, Equipe Resumos e Notas 02, Natália Carolina, Ricardo Valle



AULA 00

PROVAS VUNESP COMENTADAS

Sumário

2017 - TCE/SP (Agente de Fiscalização).....	3
2017 – IPRESB-SP (Analista de Processos Previdenciários)	4
2017 – TJ-SP (Escrevente)	7
2017 – UNESP (Agente Administrativo)	13
2017 – TJM-SP.....	15
2017 – Câmara de Mogi das Cruzes (Procurador Jurídico)	17
2017 – Prefeitura de Porto Ferreira (Procurador Jurídico).....	20
Lista de Questões.....	23
Gabarito.....	32



APRESENTAÇÃO E CRONOGRAMA DE AULAS

Olá, amigos do Estratégia Concursos, tudo bem?

É com enorme alegria que damos início hoje ao nosso "**Curso de Provas Comentadas de Direito Constitucional p/ TJ-SP (Escrevente Judiciário – Interior de SP)**", focado na banca **Vunesp**. Antes de qualquer coisa, pedimos licença para nos apresentar:

- **Nádia Carolina**: Sou professora de Direito Constitucional do Estratégia Concursos desde 2011. Trabalhei como **Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil** de 2010 a 2015, tendo sido aprovada no concurso de 2009. Tenho uma larga experiência em concursos públicos, já tendo sido aprovada para os seguintes cargos: CGU 2008 (6º lugar), TRE/GO 2008 (22º lugar) ATA-MF 2009 (2º lugar), Analista-Tributário RFB (16º lugar) e Auditor-Fiscal RFB (14º lugar).

- **Ricardo Vale**: Sou professor e coordenador pedagógico do Estratégia Concursos. Entre 2008-2014, trabalhei como **Analista de Comércio Exterior** (ACE/MDIC), concurso no qual fui aprovado em 3º lugar. Ministro aulas presenciais e online nas disciplinas de Direito Constitucional, Comércio Internacional e Legislação Aduaneira. Além das aulas, tenho três grandes paixões na minha vida: a Profª Nádia, a minha pequena Sofia e o pequeno JP (João Paulo)!! ☺

Vejamos como será o cronograma do nosso curso:

Aulas	Tópicos abordados	Data
Aula 00	Aula Demonstrativa	-
Aula 01	Provas VUNESP comentadas	02/03
Aula 02	Provas VUNESP comentadas	17/03

Dito tudo isso, já podemos partir para a nossa aula 00! Todos preparados?

Um grande abraço,

Nádia e Ricardo



2017 - TCE/SP (Agente de Fiscalização)

1. (VUNESP / TCE-SP – 2017) Narciso é Procurador do Município e, recentemente, assumiu um segundo cargo remunerado, com horário compatível com o do seu primeiro cargo, em uma sociedade de economia mista. Nessa situação, segundo o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Narciso:

- a) não está violando qualquer norma legal ou constitucional, uma vez que o segundo cargo por ele assumido é em uma sociedade de direito privado.
- b) incidiu na hipótese de acumulação ilegal de cargos.
- c) não está violando a Constituição, uma vez que seu cargo no Município permite a acumulação com esse outro tipo de cargo.
- d) estaria incorrendo em acumulação proibida de cargos apenas se a lei que regulamenta sua carreira contemple dispositivo que exija dedicação exclusiva ao cargo de Procurador.
- e) não estará contrariando a Carta Magna ao ter assumido o segundo cargo, desde que esse seja técnico ou científico.

Comentários:

A acumulação remunerada de cargos públicos é admitida nas hipóteses elencadas no art. 37, XVI, CF/88:

Art. 37 (...)

***XVI** – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:*

- a)** a de dois cargos de professor;*
- b)** a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;*
- c)** a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;*

Na situação apresentada, Narciso está incidindo em **acumulação ilegal** de cargos públicos. Não são acumuláveis os cargos de Procurador e emprego público em sociedade de economia mista.

O gabarito é a letra B.



2017 – IPRESB-SP (Analista de Processos Previdenciários)

2. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) A Constituição Federal assegura e protege, expressamente, o direito à vida. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece, em relação à pena de morte, que

- a) é vedada, como regra, mas pode ser aplicada em casos excepcionais quando o crime foi praticado com extrema violência e causou grande comoção social.
- b) é totalmente vedada, tendo em vista que o direito à vida é absoluto e inviolável.
- c) não pode ser aplicada, salvo em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição Federal.
- d) é admitida, excepcionalmente, em casos de crimes hediondos em que o réu é reincidente.
- e) não é admitida, atualmente, mas a Constituição Federal permite que o legislador possa implementá-la para crimes hediondos e inafiançáveis.

Comentários:

A Carta Magna proíbe, em regra, a pena de morte no Brasil. Essa pena só é admitida, excepcionalmente, no caso de guerra declarada (art. 5º, XLVII, “a”, CF). O gabarito é a letra C.

3. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) A respeito dos remédios constitucionais que visam garantir os direitos individuais e coletivos, é correto afirmar:

- a) o *habeas data* é cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado: por partido político com representação no Congresso Nacional; por organização sindical; pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- c) o cidadão, ao propor ação popular, ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência como autor, quando a ação for improcedente, salvo comprovada má-fé.
- d) conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.



e) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, o cidadão deve se utilizar do mandado de injunção.

Comentários:

Letra A: errada. O remédio constitucional adequado para essa finalidade é o **mandado de injunção** (art. 5º, LXXI, CF).

Letra B: errada. Podem impetrar mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF):

a) **partido político com representação no Congresso Nacional;**

b) **organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.**

Letra C: correta. É o que prevê o inciso LXXIII do art. 5º da CF/88.

Letra D: errada. O remédio constitucional cabível para a proteção do direito de locomoção é o *habeas corpus* (art. 5º, LXVIII, CF).

Letra E: errada. Para esse fim, o cidadão deve se utilizar do *habeas data* (art. 5º, LXXII, "a", CF).

O gabarito é a letra C.

4. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) Pierre é filho de pais estrangeiros, mas nasceu no Brasil. De acordo com a Constituição Brasileira, Pierre

a) pode ser considerado brasileiro nato, desde que seus pais não estejam a serviço de seu país de origem.

b) é considerado estrangeiro e não pode obter a cidadania brasileira.

c) poderá adquirir a nacionalidade brasileira depois que estiver residindo por um ano ininterrupto no Brasil, independentemente da nacionalidade dos pais.

d) será automaticamente considerado brasileiro naturalizado, independentemente da nacionalidade do seus pais, se estiver residindo no Brasil quando completar dezoito anos de idade.

e) será considerado brasileiro naturalizado se residir no país por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, requeira ou não a nacionalidade brasileira.



Comentários:

Letra A: correta. O art. 12, I, "a", da Carta Magna prevê que são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais **estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.**

Letra B: errada. Caso seus pais não estejam a serviço de seu país de origem, Pierre será brasileiro nato.

Letra C: errada. A Carta Magna prevê a possibilidade de naturalização nessas circunstâncias do estrangeiro originário de país de língua portuguesa (art. 12, II, "a", CF). Não dá para saber se esse é o caso de Pierre que, inclusive, pode ser brasileiro nato, caso seus pais não estejam a serviço de seu país.

Letra D: errada. A Carta Magna não prevê essa hipótese de naturalização.

Letra E: errada. Caso Pierre não seja brasileiro nato (não cumpra as condições do art. 12, I, "a", da CF), poderá naturalizar-se brasileiro se residir no país por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira (art. 12, II, "b", CF).

O gabarito é a letra A.

5. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) Com relação ao ato de improbidade administrativa, a Constituição Federal estabelece que

- a) pode ensejar a cassação dos direitos políticos.
- b) é crime imprescritível.
- c) será punível com pena de prisão.
- d) importará na indisponibilidade de bens.
- e) é crime inafiançável.

Comentários:

A Constituição Federal prevê que os atos de improbidade administrativa importarão a **suspensão dos direitos políticos**, a perda da função pública, a **indisponibilidade dos bens** e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (art. 37, § 4º, CF). O gabarito é a letra D.



2017 – TJ-SP (Escrevente)

6. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais, conceder-se-á

- a) habeas data.
- b) mandado de segurança.
- c) mandado de injunção.
- d) mandado de segurança coletivo.
- e) ação de descumprimento de preceito fundamental.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXXI, CF/88, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

O gabarito é a letra C.

7. (VUNESP / TJ-SP – 2017) É direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) remuneração do serviço extraordinário superior em, no mínimo, trinta por cento à do serviço normal.
- b) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.
- c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Comentários:

Letra A: errada. A remuneração do serviço extraordinário será superior em, no mínimo, **cinquenta por cento** à do serviço normal (art. 7º, XVI, CF/88).



Letra B: correta. É direito social dos trabalhadoras o **seguro contra acidentes de trabalho**, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII, CF/88)

Letra C: errada. A assistência gratuita em creches e pré-escolas vai até os **5 anos de idade** (art. 7º, XXV, CF/88).

Letra D: errada. A licença à gestante tem duração de **120 dias** (art. 7º, XVIII, CF/88).

Letra E: errada. O aviso prévio será de, **no mínimo**, 30 dias (art. 7º, XXI, CF/88).

O gabarito é a letra B.

8. (VUNESP / TJ-SP - 2017) Maria, brasileira, estava grávida quando viajou para a Alemanha. Em virtude de complicações de saúde, seu bebê nasceu antes do tempo, quando Maria ainda estava na Alemanha. Considerando apenas os dados apresentados, pode-se afirmar que, nos termos da Constituição Federal, o filho de Maria será considerado:

a) brasileiro nato, pois Maria é brasileira.

b) brasileiro nato, bastando que o pai do bebê também seja brasileiro, nato ou naturalizado.

c) brasileiro naturalizado desde que opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

d) brasileiro nato, bastando que venha a residir na República Federativa do Brasil.

e) brasileiro nato se Maria estiver, na Alemanha, a serviço da República Federativa do Brasil.

Comentários:

Na situação apresentada, o bebê nasceu no exterior. Logo, há duas possibilidades de ele ser brasileiro nato:

a) Se Maria estivesse a serviço da República Federativa do Brasil. Segundo o art. 12, I, alínea "b", são brasileiros natos "*os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil*".



b) Caso o bebê seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. Segundo o art. 12, I, alínea "c", são brasileiros natos "os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

Feitos esses comentários, analisemos cada uma das assertivas.

Letra A: errada. O simples fato de Maria ser brasileira **não é suficiente** para que seu filho seja brasileiro nato, uma vez que ele nasceu no exterior.

Letra B: errada. O fato de ambos os pais serem brasileiros **não é suficiente** para que seu filho seja brasileiro nato, uma vez que ele nasceu no exterior.

Letra C: errada. A **naturalização** ocorre nas hipóteses previstas no art. 12, II, CF/88:

Art. 12. São brasileiros:

(...)

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Letra D: errada. Para ser brasileiro nato, **não basta** que o filho de Maria venha a residir na República Federativa do Brasil. Além disso, ele **deverá optar**, em qualquer tempo, **depois de atingida a maioridade**, pela nacionalidade brasileira.

Letra E: correta. Caso Maria esteja na Alemanha a serviço do Brasil, seu filho será brasileiro nato.

O gabarito é a letra E.

9. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Luiz ocupa cargo em comissão como assessor em um órgão público federal para o qual foi nomeado sem se submeter à aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Descontente em relação ao seu vencimento, Luiz entrou em greve, seguindo orientação do sindicato ao qual é



associado. Sobre essa situação, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Luiz, por ser servidor público, goza do direito à greve nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- b) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à greve.
- c) a investidura de Luiz ao cargo não obedece aos preceitos constitucionais.
- d) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à livre associação sindical.
- e) Luiz, por ser servidor público, não goza do direito à livre associação sindical.

Comentários:

Letra A: correta. O direito de greve dos servidores públicos será exercido **nos termos e nos limites** definidos em lei específica (art. 37, VII, CF/88).

Letra B: errada. O direito de greve também é facultado aos ocupantes de cargo em comissão.

Letra C: errada. Os cargos em comissão são declarados em lei de **livre nomeação e exoneração** e, portanto, independem de prévia aprovação em concurso público.

Letra D e E: erradas. É garantido ao servidor público civil o direito à **livre associação sindical** (art. 37, VI, CF/88). Essa norma se aplica tanto aos servidores ocupantes de cargo efetivo quanto àqueles que ocupam cargo em comissão.

O gabarito é a letra A.

10. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Nos termos da Constituição Federal, extinto o cargo, o servidor público estável ficará em disponibilidade

- a) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.
- b) com remuneração integral, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.
- c) com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d) sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.



e) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Comentários:

Segundo o art. 41, § 3º, CF/88, *“extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo”*.

O gabarito é a letra E.

11. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal estabelece expressamente que:

a) lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade.

b) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

c) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a manutenção do servidor na carreira.

d) ato do chefe do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.

e) os detentores de mandato eletivo não poderão ser remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.

Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 39, § 7º, CF/88, *“lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade”*.

Letra B: errada. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário **publicarão anualmente** os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos (art. 39, § 7º, CF/88).



Letra C: errada. Segundo o art. 39, § 2º, CF/88, “a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a **promoção na carreira**, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”.

Letra D: errada. Segundo o art. 39, § 5º, CF/88, “**lei** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos”.

Letra E: errada. Os detentores de mandato eletivo **serão remunerados exclusivamente** por subsídio fixado em parcela única.

O gabarito é a letra A.

12. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Assinale a alternativa que apresenta corretamente órgão(s) do Poder Judiciário.

- a) Conselho Nacional do Ministério Público.
- b) Tribunais e Juízes Militares.
- c) Tribunais de Contas dos Estados.
- d) Tribunais de Arbitragem.
- e) Juízes de Paz.

Comentários:

Os **órgãos do Poder Judiciário** estão relacionados no art. 92, CF/88:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

- I** - o Supremo Tribunal Federal;
- I-A** o Conselho Nacional de Justiça;
- II** - o Superior Tribunal de Justiça;
- II-A** - o Tribunal Superior do Trabalho;
- III** - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- IV** - os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- V** - os Tribunais e Juízes Eleitorais;



VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

O gabarito é a letra B.

2017 – UNESP (Agente Administrativo)

13. (VUNESP/ UNESP – 2017) Segundo a Constituição Federal, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á

- a) mandado de segurança.
- b) alvará de soltura.
- c) *habeas corpus*.
- d) *habeas data*.
- e) mandado de injunção.

Comentários:

O remédio constitucional adequado para proteger o direito de locomoção é o habeas corpus, nos termos do inciso LXVIII do art. 5º da Constituição, que reproduzimos a seguir:

Art. 5º, LXVIII - *conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (...).*

O gabarito é a letra C.

14. (VUNESP/ UNESP – 2017) Nos termos do que dispõe a Constituição Federal a respeito dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar que o menor de idade

- a) pode trabalhar legalmente em qualquer tipo de serviço, a partir de dezesseis anos, incluído o trabalho noturno.
- b) está proibido de exercer qualquer trabalho antes de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
- c) está proibido de exercer qualquer trabalho antes de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.



d) não pode exercer trabalho noturno, perigoso ou insalubre antes de completar dezoito anos de idade.

e) é livre para exercer qualquer tipo de trabalho, diurno ou noturno, exceto insalubre ou perigoso, a partir de dezesseis anos de idade.

Comentários:

O **menor de dezoito anos não pode realizar qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre** (art. 5º, XXXIII, CF). Se for menor de dezoito anos, só pode trabalhar como menor aprendiz, a partir dos quatorze anos (art. 5º, XXXIII, CF). O gabarito é a letra D.

15. (VUNESP/ UNESP – 2017) Conforme estabelece a Constituição Federal, são dois exemplos de cargos públicos privativos de brasileiro nato:

a) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas.

b) de Deputado Federal e de Presidente da República.

c) de Senador da República e de Ministro de Estado da Defesa.

d) de Deputado Federal e de Deputado Estadual.

e) de Vereador e da carreira diplomática.

Comentários:

São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

O gabarito é a letra A.



2017 – TJM-SP

16. (VUNESP/ TJM-SP – 2017) Quanto ao *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- a) É gratuito.
- b) É cabível em relação a qualquer punição disciplinar militar.
- c) Concede-se para proteger direito líquido e certo.
- d) Assegura o conhecimento de informações pessoais.
- e) Exige sigilo processual.

Comentários:

Letra A: correta. A Carta Magna assegura a **gratuidade** tanto do *habeas corpus* quanto do *habeas data* (art. 5º, LXXVII, CF).

Letra B: errada. Não é cabível *habeas corpus* para punições disciplinares militares (art. 142, § 2º, CF).

Letra C: errada. O remédio constitucional adequado para proteger direito líquido e certo é o **mandado de segurança**, nos termos do inciso LXIX do art. 5º da CF:

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (...).

Letra D: errada. O remédio constitucional cabível para o conhecimento de informações pessoais é o *habeas data*, previsto no inciso LXXII da CF/88, que reproduzimos a seguir:

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (...).

Letra E: errada. Não há tal exigência.



O gabarito é a letra A.

17. (VUNESP/ TJM-SP – 2017) O servidor público estável só perderá o cargo:

- a) se preso em flagrante por crime inafiançável.
- b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) no caso de extinção do cargo.
- d) quando posto em disponibilidade há mais de cinco anos.
- e) mediante procedimento de avaliação mensal de desempenho.

Comentários:

A Carta Magna prevê, em seu artigo 41, § 1º, que o **servidor público estável** só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

No caso de extinção do cargo, o servidor estável fica em **disponibilidade**, com **remuneração proporcional** ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

O gabarito é a letra B.

18. (VUNESP/ TJM-SP – 2017) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que

- a) a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- b) alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) qualquer cidadão pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, por falta de norma regulamentadora.



d) a falta de legislação, total ou parcial, atingir direito líquido e certo reconhecido pela Constituição Federal.

e) haja efetiva ameaça a direitos individuais ou coletivos por ato ou omissão de autoridade pública no exercício de atribuições do poder público. **Comentários:**

Letra A: correta. O **mandado de injunção** é o instrumento adequado para proteção contra a omissão legislativa, previsto no inciso LXXI da CF/88, que reproduzimos a seguir:

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (...).

Letra B: errada. O remédio constitucional adequado para proteger o direito de locomoção é o **habeas corpus** (art. 5º, LXVIII, CF).

Letra C: errada. É a **ação popular** o remédio constitucional pelo qual o cidadão busca anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII, CF).

Letra D: errada. O remédio constitucional que tem como objeto a proteção de direito líquido e certo é o **mandado de segurança**, nos termos do inciso LXIX do art. 5º da CF:

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Letra E: errada. Nesse caso, caberá mandado de segurança e não mandado de injunção.

O gabarito é a letra A.

2017 – Câmara de Mogi das Cruzes (Procurador Jurídico)

19. (VUNESP/ Câmara de Mogi das Cruzes – 2017) Assinale a alternativa correta sobre a eficácia e a aplicabilidade das normas constitucionais.

a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as normas constitucionais de conteúdo programático, que veiculam diretrizes de políticas públicas, não possuem caráter cogente e vinculante.



b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que a norma constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia ilimitada.

c) Normas constitucionais de princípio institutivo são aquelas por meio das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei.

d) O mandado de injunção é importante instrumento de concretização dos direitos fundamentais, provenientes de normas constitucionais de eficácia contida, diante da falta total ou parcial de norma regulamentadora que torne inviável o seu exercício.

e) Embora as normas constitucionais de eficácia limitada já tenham condições de produzir todos os seus efeitos, uma norma infraconstitucional poderá reduzir a sua abrangência.

Comentários:

Letra A: errada. O STF entende que as normas constitucionais programáticas que veiculam diretrizes de políticas públicas, assim como as demais normas constitucionais, possuem caráter cogente e vinculante¹.

Letra B: errada. Segundo o STF, a norma constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia limitada, desprovida de auto-aplicabilidade, dependendo da edição da lei complementar exigida pela Constituição para produzir todos os seus efeitos.

Letra C: correta. As normas declaratórias de princípios institutivos ou organizativos são aquelas que dependem de lei para estruturar e organizar as atribuições de instituições, pessoas e órgãos previstos na Constituição. É o caso, por exemplo, do art. 88, da CF/88, segundo o qual *"a lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública."*

Letra D: errada. O mandado de injunção é o remédio constitucional que busca sanar a falta de normas regulamentadoras que permitam o exercício de direitos fundamentais previstos em normas constitucionais de eficácia limitada.

Letra E: errada. Esse é o conceito de normas constitucionais de eficácia contida.

O gabarito é a letra C.

20. (VUNESP/ Câmara de Mogi das Cruzes – 2017) Roberto é servidor público de determinada autarquia e foi eleito para o

¹ STA 223 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, j. 14.04.2008, DJE 09.04.2014.



mandato de Prefeito. Segundo a Constituição Federal, Roberto, ao ser investido no mandato de Prefeito,

- a) perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, devendo receber a remuneração do cargo eletivo.
- c) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, sendo que, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- d) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, e seu tempo de serviço será contado apenas para fins de aposentadoria.
- e) deverá ser exonerado do cargo que ocupa na autarquia.

Comentários:

Letra A: errada. Roberto poderá optar pela remuneração de Prefeito ou pela remuneração do cargo de servidor público do qual deverá se afastar (art. 38, II, CF).

Letra B: errada. De fato, Roberto será afastado do cargo que ocupa na autarquia. Todavia, poderá optar por sua remuneração, recebendo a de servidor público, e não a do cargo eletivo (art. 38, II, CF).

Letra C: correta. Segundo o art. 38, V, da Constituição, para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Letra D: errada. Seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento (art. 38, IV, CF).

Letra E: errada. Roberto não deverá ser exonerado, mas sim se afastar do cargo que ocupa na autarquia.

O gabarito é a letra C.

21. (VUNESP/ Câmara de Mogi das Cruzes – 2017) Uma servidora municipal exerceu, desde 22 de outubro de 1986, a função de dentista na municipalidade, atuando em ambiente insalubre. A autora ressaltou que a inexistência de lei complementar inviabilizava o exercício do direito à aposentadoria, implementado o período consentâneo com o desgaste decorrente do contato com agentes nocivos à saúde, com portadores de moléstias infectocontagiosas humanas e materiais e objetos contaminados.



No caso hipotético em tela, a ação cabível para obtenção da aposentadoria especial é

- a) o mandado de segurança.
- b) a ação declaratória.
- c) o mandado de injunção.
- d) o *habeas data*.
- e) o mandado de segurança coletivo.

Comentários:

No caso hipotético, a aposentadoria especial está sendo inviabilizada por inexistência de lei complementar. O remédio constitucional adequado para sua obtenção, portanto, é o mandado de injunção, previsto no inciso LXXI do art. 5º da Constituição:

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

O gabarito é a letra C.

2017 – Prefeitura de Porto Ferreira (Procurador Jurídico)

22. (VUNESP/ Prefeitura de Porto Ferreira – 2017) Sobre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece expressamente que

- a) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, exceto as de eficácia contida.
- b) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, exceto as de eficácia limitada.
- c) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso Nacional, em um único turno, por três quintos dos votos dos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- e) os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros, exceto aqueles decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos



humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentários:

Letras A e B: erradas. O comando do art. 5º, § 1º, da Constituição, aplica-se a todas as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, independentemente de serem de eficácia plena, limitada ou contida. Desse mandamento constitucional depreende-se que todas essas normas devem ser interpretadas de modo a terem a maior eficácia possível, mesmo quando ainda não regulamentadas pelo legislador ordinário.

Letra C: errada. Para que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos tenham "status" de emenda constitucional, é necessário que sejam aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 5º, § 3º, CF).

Letra D: correta. É o que determina o art. 5º, § 4º, da Constituição Federal.

Letra E: errada. Os direitos e garantias expressos na Constituição **não excluem outros** decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (art. 5º, § 2º, CF).

O gabarito é a letra D.

23. (VUNESP/ Prefeitura de Porto Ferreira – 2017) De acordo com a Constituição Federal, ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, em regra, a seguinte disposição:

a) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

b) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.

c) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para todos os efeitos legais.

d) se investido no cargo de Prefeito, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

e) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.



Comentários:

Letra A: correta. É o que determina o art. 38, IV, da Constituição.

Letra B: errada. O tempo de serviço do servidor público no exercício de mandato eletivo, em qualquer caso que exija seu afastamento, será contado para todos os efeitos legais, **exceto para promoção por merecimento**.

Letra C: errada. Seu tempo de serviço será, sim, contado para todos os efeitos legais, **exceto para promoção por merecimento**.

Letra D: errada. Se investido no mandato de Prefeito, **será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração** (art. 38, II, CF).

Letra E: errada. O mandato municipal não significa, por si só, o afastamento de seu cargo, emprego ou função. Isso porque se o servidor for investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo (art. 38, III, CF).

O gabarito é a letra A.

.....
Nossa aula termina por aqui!

Como poucos temas foram cobrados no edital de Direito Constitucional do TJ-SP, nosso curso trará questões de provas recentes (como essas acima!) e de provas mais antigas. O objetivo é tornar você um especialista na banca Vunesp, enquanto revisamos a matéria. =)

Esperamos que tenha gostado da aula!

Abraços,

Nádia e Ricardo



Lista de Questões

1. (VUNESP / TCE-SP – 2017) Narciso é Procurador do Município e, recentemente, assumiu um segundo cargo remunerado, com horário compatível com o do seu primeiro cargo, em uma sociedade de economia mista. Nessa situação, segundo o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Narciso:

a) não está violando qualquer norma legal ou constitucional, uma vez que o segundo cargo por ele assumido é em uma sociedade de direito privado.

b) incidiu na hipótese de acumulação ilegal de cargos.

c) não está violando a Constituição, uma vez que seu cargo no Município permite a acumulação com esse outro tipo de cargo.

d) estaria incorrendo em acumulação proibida de cargos apenas se a lei que regulamenta sua carreira contemple dispositivo que exija dedicação exclusiva ao cargo de Procurador.

e) não estará contrariando a Carta Magna ao ter assumido o segundo cargo, desde que esse seja técnico ou científico.

2. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) A Constituição Federal assegura e protege, expressamente, o direito à vida. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece, em relação à pena de morte, que

a) é vedada, como regra, mas pode ser aplicada em casos excepcionais quando o crime foi praticado com extrema violência e causou grande comoção social.

b) é totalmente vedada, tendo em vista que o direito à vida é absoluto e inviolável.

c) não pode ser aplicada, salvo em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição Federal.

d) é admitida, excepcionalmente, em casos de crimes hediondos em que o réu é reincidente.

e) não é admitida, atualmente, mas a Constituição Federal permite que o legislador possa implementá-la para crimes hediondos e inafiançáveis.

3. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) A respeito dos remédios constitucionais que visam garantir os direitos individuais e coletivos, é correto afirmar:



- a) o *habeas data* é cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado: por partido político com representação no Congresso Nacional; por organização sindical; pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- c) o cidadão, ao propor ação popular, ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência como autor, quando a ação for improcedente, salvo comprovada má-fé.
- d) conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, o cidadão deve se utilizar do mandado de injunção.

4. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) Pierre é filho de pais estrangeiros, mas nasceu no Brasil. De acordo com a Constituição Brasileira, Pierre

- a) pode ser considerado brasileiro nato, desde que seus pais não estejam a serviço de seu país de origem.
- b) é considerado estrangeiro e não pode obter a cidadania brasileira.
- c) poderá adquirir a nacionalidade brasileira depois que estiver residindo por um ano ininterrupto no Brasil, independentemente da nacionalidade dos pais.
- d) será automaticamente considerado brasileiro naturalizado, independentemente da nacionalidade do seus pais, se estiver residindo no Brasil quando completar dezoito anos de idade.
- e) será considerado brasileiro naturalizado se residir no país por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, requeira ou não a nacionalidade brasileira.

5. (VUNESP/ IPRESB-SP – 2017) Com relação ao ato de improbidade administrativa, a Constituição Federal estabelece que

- a) pode ensejar a cassação dos direitos políticos.
- b) é crime imprescritível.
- c) será punível com pena de prisão.



d) importará na indisponibilidade de bens.

e) é crime inafiançável.

6. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais, conceder-se-á

a) habeas data.

b) mandado de segurança.

c) mandado de injunção.

d) mandado de segurança coletivo.

e) ação de descumprimento de preceito fundamental.

7. (VUNESP / TJ-SP – 2017) É direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) remuneração do serviço extraordinário superior em, no mínimo, trinta por cento à do serviço normal.

b) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.

c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

8. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Maria, brasileira, estava grávida quando viajou para a Alemanha. Em virtude de complicações de saúde, seu bebê nasceu antes do tempo, quando Maria ainda estava na Alemanha. Considerando apenas os dados apresentados, pode-se afirmar que, nos termos da Constituição Federal, o filho de Maria será considerado:

a) brasileiro nato, pois Maria é brasileira.

b) brasileiro nato, bastando que o pai do bebê também seja brasileiro, nato ou naturalizado.



- c) brasileiro naturalizado desde que opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) brasileiro nato, bastando que venha a residir na República Federativa do Brasil.
- e) brasileiro nato se Maria estiver, na Alemanha, a serviço da República Federativa do Brasil.

9. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Luiz ocupa cargo em comissão como assessor em um órgão público federal para o qual foi nomeado sem se submeter à aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Descontente em relação ao seu vencimento, Luiz entrou em greve, seguindo orientação do sindicato ao qual é associado. Sobre essa situação, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Luiz, por ser servidor público, goza do direito à greve nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- b) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à greve.
- c) a investidura de Luiz ao cargo não obedece aos preceitos constitucionais.
- d) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à livre associação sindical.
- e) Luiz, por ser servidor público, não goza do direito à livre associação sindical.

10. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Nos termos da Constituição Federal, extinto o cargo, o servidor público estável ficará em disponibilidade

- a) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.
- b) com remuneração integral, até serem preenchidas as condições necessárias para sua aposentadoria.
- c) com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d) sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- e) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

11. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal estabelece expressamente que:



- a) lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade.
- b) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- c) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a manutenção do servidor na carreira.
- d) ato do chefe do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- e) os detentores de mandato eletivo não poderão ser remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.

12. (VUNESP/ UNESP – 2017) Segundo a Constituição Federal, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á

- a) mandado de segurança.
- b) alvará de soltura.
- c) *habeas corpus*.
- d) *habeas data*.
- e) mandado de injunção.

13. (VUNESP/ TJM-SP – 2017) Quanto ao *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- a) É gratuito.
- b) É cabível em relação a qualquer punição disciplinar militar.
- c) Concede-se para proteger direito líquido e certo.
- d) Assegura o conhecimento de informações pessoais.
- e) Exige sigilo processual.



14. (VUNESP/ UNESP – 2017) Nos termos do que dispõe a Constituição Federal a respeito dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar que o menor de idade

- a) pode trabalhar legalmente em qualquer tipo de serviço, a partir de dezesseis anos, incluído o trabalho noturno.
- b) está proibido de exercer qualquer trabalho antes de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
- c) está proibido de exercer qualquer trabalho antes de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.
- d) não pode exercer trabalho noturno, perigoso ou insalubre antes de completar dezoito anos de idade.
- e) é livre para exercer qualquer tipo de trabalho, diurno ou noturno, exceto insalubre ou perigoso, a partir de dezesseis anos de idade.

15. (VUNESP/ UNESP – 2017) Conforme estabelece a Constituição Federal, são dois exemplos de cargos públicos privativos de brasileiro nato:

- a) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas.
- b) de Deputado Federal e de Presidente da República.
- c) de Senador da República e de Ministro de Estado da Defesa.
- d) de Deputado Federal e de Deputado Estadual.
- e) de Vereador e da carreira diplomática.

16. (VUNESP / TJ-SP – 2017) Assinale a alternativa que apresenta corretamente órgão(s) do Poder Judiciário.

- a) Conselho Nacional do Ministério Público.
- b) Tribunais e Juízes Militares.
- c) Tribunais de Contas dos Estados.
- d) Tribunais de Arbitragem.
- e) Juízes de Paz.

17. (VUNESP/ TJM-SP – 2017) O servidor público estável só perderá o cargo:



- a) se preso em flagrante por crime inafiançável.
- b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) no caso de extinção do cargo.
- d) quando posto em disponibilidade há mais de cinco anos.
- e) mediante procedimento de avaliação mensal de desempenho.

18. (VUNESP/ TJM-SP – 2017) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que

- a) a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- b) alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) qualquer cidadão pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, por falta de norma regulamentadora.
- d) a falta de legislação, total ou parcial, atingir direito líquido e certo reconhecido pela Constituição Federal.
- e) haja efetiva ameaça a direitos individuais ou coletivos por ato ou omissão de autoridade pública no exercício de atribuições do poder público. **(VUNESP/ Câmara de Mogi das Cruzes – 2017) Assinale a alternativa correta sobre a eficácia e a aplicabilidade das normas constitucionais.**

- a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as normas constitucionais de conteúdo programático, que veiculam diretrizes de políticas públicas, não possuem caráter cogente e vinculante.
- b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que a norma constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia ilimitada.
- c) Normas constitucionais de princípio institutivo são aquelas por meio das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estructure em definitivo, mediante lei.
- d) O mandado de injunção é importante instrumento de concretização dos direitos fundamentais, provenientes de normas constitucionais de eficácia contida, diante da falta total ou parcial de norma regulamentadora que torne inviável o seu exercício.



e) Embora as normas constitucionais de eficácia limitada já tenham condições de produzir todos os seus efeitos, uma norma infraconstitucional poderá reduzir a sua abrangência.

20. (VUNESP/ Câmara de Mogi das Cruzes – 2017) Roberto é servidor público de determinada autarquia e foi eleito para o mandato de Prefeito. Segundo a Constituição Federal, Roberto, ao ser investido no mandato de Prefeito,

a) perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

b) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, devendo receber a remuneração do cargo eletivo.

c) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, sendo que, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

d) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, e seu tempo de serviço será contado apenas para fins de aposentadoria.

e) deverá ser exonerado do cargo que ocupa na autarquia.

21. (VUNESP/ Câmara de Mogi das Cruzes – 2017) Uma servidora municipal exerceu, desde 22 de outubro de 1986, a função de dentista na municipalidade, atuando em ambiente insalubre. A autora ressaltou que a inexistência de lei complementar inviabilizava o exercício do direito à aposentadoria, implementado o período consentâneo com o desgaste decorrente do contato com agentes nocivos à saúde, com portadores de moléstias infectocontagiosas humanas e materiais e objetos contaminados.

No caso hipotético em tela, a ação cabível para obtenção da aposentadoria especial é

a) o mandado de segurança.

b) a ação declaratória.

c) o mandado de injunção.

d) o *habeas data*.

e) o mandado de segurança coletivo.



22. (VUNESP/ Prefeitura de Porto Ferreira – 2017) Sobre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece expressamente que

- a) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, exceto as de eficácia contida.
- b) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, exceto as de eficácia limitada.
- c) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso Nacional, em um único turno, por três quintos dos votos dos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- e) os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros, exceto aqueles decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

23. (VUNESP/ Prefeitura de Porto Ferreira – 2017) De acordo com a Constituição Federal, ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, em regra, a seguinte disposição:

- a) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- b) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.
- c) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para todos os efeitos legais.
- d) se investido no cargo de Prefeito, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.



Gabarito

1.	LETRA B
2.	LETRA C
3.	LETRA C
4.	LETRA A
5.	LETRA D
6.	LETRA C
7.	LETRA B
8.	LETRA E
9.	LETRA A
10.	LETRA E
11.	LETRA A
12.	LETRA B
13.	LETRA C
14.	LETRA D
15.	LETRA A
16.	LETRA A
17.	LETRA B
18.	LETRA A
19.	LETRA C
20.	LETRA C
21.	LETRA C
22.	LETRA D
23.	LETRA A

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.